



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 4017/2017

1 – UNIDADE REQUISITANTE: Divisão de Recursos Humanos

2 – OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços gráficos para confecção de Crachás Funcionais servidores, prestadores de serviço, estagiários e visitantes do Tribunal Regional da 7ª Região.

2.1 ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

LOTE ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Quantidade	Pedido inicial	Pedido mínimo
01	a) O Tribunal Regional do Trabalho fornecerá à contratada arquivo em formato PDF contendo a imagem dos crachás que serão impressos. b) Fabricação do crachá em PVC com os seguintes acessórios: b.1) Cordão para crachá na cor azul escuro contendo a expressão "Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região" gravada na cor branca; b.2) Clips tipo "jacaré" metálico com alça leitosa transparente. b.3) Protetor para crachá universal branco translúcido.	2500	250	1

2.2 EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- a) Confeção de crachás em tamanho padrão conforme imagem e informações cadastrais fornecidas pelo Tribunal em arquivo no formato "pdf". O arquivo digital com a arte e as informações cadastrais a serem impressas no "PVC" será enviado por e-mail.
- b) A quantidade mínima a ser solicitada será de 1 (um) crachá.
- c) O pagamento será feito de acordo com a quantidade de crachás solicitados.
- d) Havendo necessidade do serviço cujo preço foi registrado, o fiscal do contrato fará a solicitação, mediante ordem de serviço, indicando sua descrição, quantidade e preço registrado.
- e) Da amostra: após a emissão da Nota de Empenho e antes da emissão da ordem de serviço a Contratada deverá submeter à aprovação do Contratante a prova de máquina em tamanho real, dentro de 3(três) dias, contados do recebimento do arquivo em formato PDF a ser fornecido pelo Contratante.

2.3 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Não se aplica.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA ADOPTAR O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Adotou-se o SRP baseado no Art.3º, inciso IV do Decreto nº 7.892/13, que diz que poderá ser adotado o SRP quando, pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.5 OPÇÃO POR LOTE ÚNICO: Os itens foram agrupados em lote único, tendo em vista a natureza dos serviços e a economia de escala, ou seja, o agrupamento, neste caso, poderá trazer economia em função de um maior valor envolvido, além de não prejudicar a ampla participação de licitantes, tendo em vista que na pesquisa de mercado, observamos que todos os itens foram cotados por todas as empresas.

2.6 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

Trata-se da execução de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05.

2.7 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- a) Possibilitar o fornecimento de crachás de identificação a servidores, prestadores de serviços, estagiários e visitantes, em conformidade com o disposto no Ato 76/2011 da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (DEJT 711, de 15/04/2011);

c) Inexistência de contrato vigente para confecção de crachás funcionais para magistrados, servidores e estagiários.

3 - DA HABILITAÇÃO

3.1 Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;

3.2 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.3 Os documentos relativos à **Habilitação jurídica** são:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.4 Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

- a) Prova de regularidade relativa às Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) e Estadual;
- b) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4 – MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1 DO PREÇO: No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas com equipamentos, PVC, acessórios para o crachá, impressão de provas, contratação de pessoal, entrega ao local de destino (item 4.3), bem como todos os impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

4.2 PRAZO DE ENTREGA

4.2.1 A entrega deverá ser realizada em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço, quando solicitadas até 10 crachás;

4.2.2 A entrega deverá ser realizada em até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço, quando solicitadas mais de 10 crachás.

4.2.3 A entrega do pedido inicial – 250 peças - deverá ser realizada em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço.

4.3 LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA ENTREGA: Os crachás deverão ser entregues na Divisão de Recursos Humanos - TRT/CE (Rua Vicente Leite, 1.281, 12º Andar – Ed. Anexo 2), de segunda à sexta-feira, das 8h às 15h.

5. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO: Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, imediatamente após a entrega;

b) Definitivamente, pelo gestor da contratação, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A Contratada obriga-se a:

6.1 Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

6.2 Efetuar os serviços observando as condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

6.3 Reparar, corrigir, renomear, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

6.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

6.5 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.6 Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

6.7 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

6.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;

6.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

6.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

6.11 Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos limites estabelecidos no artigo 65 § 1º na Lei 8.666/93.

7 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

7.1 Receber provisoriamente e definitivamente o objeto da contratação;

7.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.4 Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos neste termo.

8 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1 A gestão e a fiscalização da contratação caberá aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

8.1.1 A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

8.2 O gestores e fiscais designados exercerem, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 200/2014, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda

providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

8.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

8.4 A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

8.5 As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através do telefone (85) 3388.9466.

9. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até **5 (cinco) dias úteis** contados do recebimento definitivo, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a **Fazenda Estadual**, com a **Fazenda Estadual**, com a Seguridade Social (**INSS**) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

10 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços sujeitará a empresa contratada à multa, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do total a ser registrado.

10.2 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no percentual de **0,2% (dois décimos por cento)** ao dia, calculada sobre o valor da quantidade **entregue** intempestivamente, limitada a 10% (dez por cento).

10.2.1 Se o atraso de que trata o item 10.2 ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

10.3 Além das sanções previstas nos itens supra, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa, no percentual de **10 % (dez por cento)**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;

c) multa, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de inexecução total;

d) multa, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

10.4 A Contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.

10.5 A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

11. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado da assinatura da mesma.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: Conforme Anexo I deste Termo de Referência.

12.1 Os preços estimados, tanto unitário quanto global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

13. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário, haja vista a possibilidade da contratação por preço certo de unidades determinadas.

14. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES: Dependerá das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

Fortaleza, 22 de janeiro de 2018.

LUIZ CARLOS MACHADO

Diretor da Divisão de Recursos Humanos